

## 2. Descobrimo o campo de pesquisa

Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! Só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. [...] o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia...

(Guimarães Rosa, 1980)

### 2.1. Apresentando as escolhas

As ciências sociais oferecem uma larga tradição de estudos sobre a questão do método na pesquisa. Apesar do saber acumulado e das inúmeras possibilidades de se fazer pesquisa em Serviço Social, o empreendimento não foi uma tarefa fácil para nós. O esforço se constituiu em um verdadeiro “desafio do conhecimento” como sugere Minayo (2008a).

No percurso investigativo foi necessário re-criar o caminho. Entre idas e vindas, re-fizemos o projeto de pesquisa segundo as recomendações da banca de qualificação que possibilitaram um salto qualitativo para a nossa pesquisa. Após as devidas reformulações, o desenho do projeto indicava um trajeto essencialmente qualitativo, uma vez que esta escolha metodológica deve estar subordinada aos objetivos da pesquisa (TRIGO & BRIOSCHI,1989; MINAYO, 2008a).

A pesquisa qualitativa tem por finalidade conhecer a experiência do grupo pesquisado e os significados atribuídos a tal experiência (MARTINELLI, 2008). Conhecer as relações e as dinâmicas presentes no cotidiano das mulheres chefes de família, a partir de seus discursos foi o que nos motivou para realizar este trabalho. Desse modo, o objeto de estudo não se limitou às mulheres chefes, mas buscou apreender as relações sociais que elas experimentavam na articulação das dimensões do cuidado e da provisão em suas famílias.

Em se tratando de uma pesquisa qualitativa é importante considerar a busca pela objetivação. Esta ao reconhecer a complexidade do objeto das ciências sociais, empreende uma atitude crítica sobre o conhecimento, além de utilizar técnicas e análises contextualizadas. A objetivação reconhece a impossibilidade de uma neutralidade absoluta e busca formas de reduzir os juízos de valor na pesquisa (MINAYO, 2008a).

As mulheres chefes de família das quais tratamos neste estudo são usuárias do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Vila São José, localizado na cidade de São João de Meriti. A proteção social básica expressa pelo Sistema Único de Assistência Social é operacionalizada por intermédio de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) implementados de forma territorializada, e pode atender de 2.500 a 5.000 famílias de acordo com o porte do município. Atua como a “porta de entrada” dos usuários na rede de proteção social básica.

O CRAS deve prestar informações e orientações para a população de sua área de abrangência, executar serviços de proteção social básica, como projetos e benefícios relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária para toda a população do entorno, observando-se, assim, o critério da territorialização no atendimento. Além disso, este equipamento social deve organizar e articular a rede de serviços socioassistencial local. Em São João de Meriti estão em funcionamento quatro CRAS nos seguintes bairros: Jardim Íris, Centro, Éden e Vila São José.

Durante o mês de setembro de 2009 retornamos ao município com o objetivo de renovar a autorização<sup>4</sup> para entrevistarmos mulheres chefes de família atendidas pelos CRAS, uma vez que com a troca de gestores na Secretaria Municipal de Promoção Social de São João de Meriti houve uma descontinuidade no processo de transferência das informações para a nova gestão. Esta etapa apresentou alguns entraves, devido às constantes remarcações de visitas, as quais foram provocadas pela falta de profissionais e problemas administrativos nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (atraso de salário e não renovação do contrato de trabalho).

No curso da pesquisa de campo, a tarefa inicial consistiu na escolha do CRAS que seria o lócus de nossa pesquisa. A escolha da unidade instalada no bairro de Vila São José foi decidida durante o trabalho de campo desenvolvido entre os meses de setembro de 2009 e março de 2010.

Em outubro de 2009, recebemos a permissão solicitada para visitar os CRAS, apresentar o projeto e analisar a viabilidade da pesquisa em cada um dos

---

<sup>4</sup> Mediante ofício entregue na Secretaria Municipal de Promoção Social de São João de Meriti.

centros de referência<sup>5</sup>. Visitamos os CRAS do município, com exceção da unidade instalada no centro da cidade. Neste, a visita agendada não foi possível em virtude de uma forte chuva que atingiu o município e que acarretou problemas nas instalações físicas onde o CRAS Centro funcionava e o atendimento foi transferido provisoriamente para outro local.

No CRAS Vila São José a proposta de pesquisa foi bem acolhida e neste encontro a equipe técnica destacou aspectos das mulheres chefes de família da região. Em consequência, foi possível estabelecer uma relação mais receptiva por parte da equipe técnica, pois já conhecíamos esses profissionais, desde a pesquisa (MACÊDO, 2007) desenvolvida durante a iniciação científica - período no qual nós - enquanto pesquisadora - entrevistamos estes mesmos profissionais no núcleo do Programa Integral de Atenção à Família - PAIF<sup>6</sup>. Estes fatores influenciaram na escolha deste CRAS. Além disso, a região de Vila São José dispõe de mais linhas de ônibus facilitando o acesso, diferentemente do bairro de Éden.

Após a escolha, acompanhamos (quando permitido pela coordenação) a rotina do CRAS Vila São José, por meio de visitas e observações registradas no diário de campo. Como ainda não havia resposta oficial referente à autorização para realização da pesquisa, as visitas inicialmente não apresentavam regularidade, pois dependiam da permissão da coordenação e da gestão da Secretaria. Apesar destas dificuldades, foi possível participar de algumas reuniões: a reunião sócio-educativa para famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família e

---

<sup>5</sup> Em todas as visitas estivemos acompanhados da coordenadora dos CRAS no município. No CRAS Éden a proposta de pesquisa foi apresentada aos técnicos, ocasião na qual fomos muito bem recebidos. Foi possível discutir algumas questões que os mesmos levantaram sobre o projeto de pesquisa e as famílias que são atendidas na unidade. Este primeiro encontro foi muito proveitoso e algumas das reflexões foram incorporadas nesta dissertação. Já no CRAS Jardim-Íris, o projeto foi apresentado, porém não conseguimos sensibilizar a equipe técnica para nossas questões. Além disso, os técnicos argumentaram que não percebiam a presença de mulheres chefes de família dentre os grupos atendidos pelo serviço. Nesta visita, entendemos que o CRAS Jardim-Íris não era uma opção favorável para a pesquisa de campo. Por último, visitamos o CRAS Vila São José. Este havia sido inaugurado no final do ano de 2008 para substituir o CRAS Vila Ruth que foi fechado em virtude da presença do tráfico de drogas na região.

<sup>6</sup> Um dado importante é que em uma destas visitas ao núcleo PAIF em março de 2006, a equipe técnica destacou que o perfil da população atendida na sua maioria era composto por famílias chefiadas por mulheres. A observação partiu do psicólogo (que atualmente compõe a equipe do CRAS Vila São José) e da assistente social (que nesta gestão ocupa o posto de coordenadora dos CRAS no município). Na ocasião, ainda durante a iniciação científica, este dado chamou nossa atenção. A partir da referida visita surgiu o desejo de aprofundar esta temática no curso de mestrado.

a reunião do Grupo de Mulheres. Estes encontros se constituíram em ricos momentos para a pesquisa.

No Grupo de Mulheres foi possível ver e ouvir muitas usuárias, algumas chefes de família. Na oportunidade, anotávamos no diário de campo, os temas que surgiam durante as reuniões, com destaque para a questão da violência doméstica. Também aproveitamos estes encontros para apresentar o projeto de pesquisa e assim identificar “possíveis” entrevistadas. No final das reuniões, era comum ver as mulheres conversando entre si. Com o auxílio da equipe técnica do CRAS, apresentávamo-nos<sup>7</sup> e aos poucos aproximávamo-nos das mulheres<sup>8</sup>.

Cabe esclarecer que a pesquisa foi realizada com mulheres chefes de família monoparentais. Isso significa que a unidade de análise da pesquisa foi constituída por: domicílios compostos por mulher adulta responsável pela provisão do mesmo, que não esteja em união conjugal e que possua filhos ou outros agregados/parentes.

Neste trabalho, empregamos com freqüência o termo ‘*famílias chefiadas por mulheres*’ ou ‘*mulheres chefes de família*’ para nomear o fenômeno do qual estamos tratando. Desse modo, cabe ressaltar que famílias chefiadas por mulheres não são necessariamente monoparentais, uma vez que a chefia pode incluir tanto a dimensão da autoridade como a da provisão e pode referir-se a família ou ao domicílio. Ao dar conta desta multiplicidade, Berquó apud Favaro, traça o perfil da chefia feminina no Brasil e conclui que esse tipo de chefia pode englobar:

Mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos, tendo ou não parentes/agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando

---

<sup>7</sup> Uma preocupação nossa durante o trabalho de campo foi construir uma identidade favorável para o andamento da pesquisa de campo. Nosso esforço foi para que os sujeitos envolvidos não associassem a nossa imagem de pesquisadora como uma funcionária do CRAS. Outro procedimento era assegurar que as informações obtidas não interfeririam no recebimento do Bolsa-Família, algo bastante temido pelas mulheres.

<sup>8</sup> Durante o trabalho de campo, experimentamos situações inusitadas. Uma delas é o estranhamento por parte dos moradores do local. A impressão era que eu também estava sendo observada, como se soubessem que “eu não era da área”, especialmente na ocasião em que almocei em um boteco da região. Assim, foi durante algum tempo. Travei alguns diálogos despretensiosos na mercearia e também com as pessoas que procuravam o CRAS. Já no final do trabalho de campo, a sensação de estranhamento foi diminuindo, de modo que fiquei surpresa ao ser reconhecida e cumprimentada na rua por duas moradoras que também eram usuárias do CRAS.

a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa (BERQUÓ, 2002 apud FAVARO, 2008, p.2).

Entrevistamos dez (10) chefes de família monoparental durante os meses de outubro de 2009 e março de 2010. Deste total três (3) mulheres ocupavam a posição de avó, tendo inclusive a presença de alguns filhos e netos no domicílio. Quatro (4) mulheres foram escolhidas a partir das observações e dos contatos feitos com as participantes das reuniões sócio-educativas para famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família e do Grupo de Mulheres.

A escolha destas quatro chefes contou também com a sugestão dos técnicos do CRAS, que conhecendo a trajetória de algumas usuárias e os objetivos do projeto sinalizam algumas mulheres que atendiam ao perfil da pesquisa. Neste sentido, aceitamos intencionalmente a indicação dos técnicos, mediante o postulado de Martinelli.

De toda forma, importa ressaltar que em pesquisas qualitativas, reportando-nos basicamente àquelas que se apóiam em fontes orais, **o grupo de sujeitos deve ser intencionalmente composto pelo pesquisador. Não se trabalha com amostras aleatórias, uma vez que o interesse do pesquisador é conhecer a experiência social de sujeitos específicos**, os significados que atribuem ao tema pesquisado. O fundamental para participar da pesquisa é a densidade da experiência do sujeito e sua expressão na qualidade da narrativa (MARTINELLI, 2008, p.38 – grifo nosso).

O primeiro contato com estas quatro chefes de família aconteceu após as reuniões. Na oportunidade, eram expostos os objetivos da pesquisa e realizado o convite para a participação através de uma entrevista. Estas eram agendadas e as mulheres se comprometiam a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ver apêndice I). Em paralelo, realizamos um levantamento a partir das fichas do CRAS para conhecer o total de famílias cadastradas entre os meses de janeiro e setembro de 2009<sup>9</sup>. Das 251 famílias cadastradas no período, 68 eram do tipo monoparental.

Durante o manuseio deste material delimitamos com mais precisão a opção pelo recorte monoparental, uma vez que nas fichas da instituição nem sempre constava a informação referente aos rendimentos obtidos pelos componentes do

---

<sup>9</sup> A manipulação das fichas só foi permitida mediante a supervisão e presença do psicólogo da instituição.

domicílio. Caso optássemos por mulheres com cônjuges não seria possível determinar qual membro da família era o responsável econômico pelo domicílio.

As últimas seis entrevistadas foram selecionadas dentro do universo das 68 chefes de família monoparentais. A escolha se deu mediante a leitura dos relatórios sociais e o primeiro contato com as mulheres foi realizada através de ligação telefônica. Desse modo, entrevistamos um total de 10 mulheres, considerando os limites da pesquisa e o tempo disponível para o trabalho de campo. Assim, o trabalho acompanha a assertiva de Minayo quando propõe que “[...] é uma norma prática das abordagens qualitativas, considerar que o material construído no campo está suficiente quando se percebe que as idéias acerca das questões da pesquisa começam a se repetir” (MINAYO et al, 2005, p.189).

Nesse sentido, a expressividade numérica é substituída pela densidade, pela compreensão e aprofundamento dos fenômenos sociais. As entrevistas<sup>10</sup> foram orientadas por um roteiro que serviu como guia (ver apêndice II). Este instrumento foi construído a partir dos objetivos do projeto de pesquisa, porém sofreu algumas alterações durante o curso do trabalho de campo, visando ao aprofundamento de temas que surgiam tanto a partir da observação, como nas falas das mulheres. Nesse ponto, destacamos que em uma determinada entrevista, quando perguntávamos sobre a chefia da família, uma mulher demonstrou dificuldade de compreensão. A re-orientação dos instrumentos objetivou compreender os universos culturais, sociais além dos símbolos que influíam no momento em que uma pergunta era respondida de modo evasivo ou simplesmente não respondida.

No curso da pesquisa nos deparamos com alguns obstáculos. Um deles se refere ao trabalho de campo que se tornou exaustivo devido as constantes re-marcações de entrevistas. Não foram poucas às vezes nas quais as chefes de família faltavam, além de dois períodos em que o CRAS funcionou em regime de plantão devido algumas questões administrativas. Estes fatores acarretaram atraso no cronograma da pesquisa.

Ao iniciarmos esta pesquisa não poderíamos prever todas as questões que se apresentariam. Como um processo, a pesquisa nunca estava acabada. Ela estava o tempo todo acontecendo: nas expectativas que surgiam antes das entrevistas, na

---

<sup>10</sup> Todas as entrevistas foram realizadas no espaço do CRAS, gravadas e transcritas.

escrita do diário de campo, nas reflexões que aconteciam no longo trajeto de volta para casa, na leitura de um livro ou mesmo quando compartilhava com os amigos alguns dos dados obtidos.

Nesta experiência, outros desafios se colocaram. E nesse ponto não podemos deixar de mencionar um dos limites: o reconhecimento do nosso pequeno saber. Desde a elaboração do projeto, passando pela construção do arcabouço teórico de referência e especialmente durante o rico e difícil momento do trabalho de campo e da análise dos dados, uma certa tensão se anunciava diante da riqueza da realidade. A sensação era a de que ‘nossas certezas’ eram de fato parciais e limitadas, não poderiam apreender, dar conta de descobrir e retomar todos os “preciosos fios desatados” (MARTINS, 1996, p.13) soltos no movimento contraditório e dialético da realidade. Assim, as afirmações e considerações deste trabalho foram as “possíveis” para nós naquele momento, considerando todo o processo de pesquisa. O conhecimento, ensina Martinelli (2008) se constrói ao longo da pesquisa e só se revela na trajetória.

A premissa fundamental para realizar uma pesquisa qualitativa é o reconhecimento da centralidade do sujeito. O conhecimento do modo de vida das chefes de família e de suas relações sociais só se tornam possíveis a partir da mediação dos sujeitos, pois os significados se constroem na experiência (MARTINELLI, 2008). Para Thompson, a experiência é gerada na vida material e estruturada em termos de classe (e poderíamos também incluir a determinação de gênero <sup>11</sup>). Nessa direção, homens e mulheres atuam como sujeitos, não exatamente como sujeitos autônomos, mas

[...] como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Na articulação entre estrutura e ação do sujeito, Coutinho (2003) sugere que a sociedade é formada ao mesmo tempo por momentos de estrutura e

---

<sup>11</sup> Sobre isso destacamos, a expressão “tomada de consciência de gênero”, utilizada por Michelle Perrot (1994). A noção é formulada a partir das contribuições de Thompson que afirma ser no processo de luta que emerge a consciência de classe.

momentos de ação. Na concepção dialética do autor, a ontologia marxista reconhece que o ser social é formado por determinismos e liberdade. Depreende-se, portanto que a teoria marxista e o método dialético continuam ricos e fecundos (PAULA, 1992).

Na contra-mão dos discursos que anunciam uma “crise do marxismo”, a opção metodológica desta dissertação enxerga no método dialético a possibilidade de permanente construção e re-construção do conhecimento, pois não é um método pronto e acabado (PAULA, 1992). Dessa forma, a dialética como método e como práxis, opera uma permanente des-construção. Abre espaços para o novo, para a liberdade e elaboração dos sujeitos.

O agir dos sujeitos, seus modos de vidas e suas histórias revelam as lógicas internas que estão presentes no cotidiano e se apresentam na experiência. Assim, os fatos e os aspectos do cotidiano que à primeira vista se mostram insignificantes - como as estratégias, resistências e compensações das chefes de família - estão na verdade ricos de significados. (PERROT & FARGE, 2001). Tais significados se constroem nos territórios compreendidos como aquilo que denominamos de natureza como também a materialidade das ações socioculturais e econômico-políticas (DEGENSZAJN, 2008). No próximo item apresentamos a cidade de São João de Meriti destacando em suas características não só os aspectos geográficos, econômicos e sociais, mas sobretudo como estes fatores traduzem relações dinâmicas.

## **2.2. Um lugar: São João de Meriti**

São João de Meriti é um município da Baixada Fluminense localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (ver anexo I). Até o início da década de 1940, as terras da região da Baixada Fluminense, pertenciam ao território do município de Nova Iguaçu, sendo São João de Meriti o quarto distrito. Em 1947 ocorre a emancipação e sua instalação como município.

A ocupação geográfica de São João de Meriti e suas características urbanas atuais estão associadas a melhores condições para a construção dos ramais rodoviários e posteriormente com a abertura da Via Dutra na Zona Oeste que interliga o município com os dois maiores centros econômicos do país - Rio de

Janeiro e São Paulo. A Via Dutra induziu a ocupação do município de forma gradativa, tendo se intensificado após a abertura das demais vias de ligação aos municípios vizinhos. Nesse ponto, a presença/ausência de infra-estrutura revela componentes históricos e políticos que consolidam o território como campo de intervenção do Estado e da sociedade civil (DEGENSZAJN, 2008).

Segundo dados do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, São João de Meriti possui 469.827 habitantes e uma área de 35 quilômetros quadrados<sup>12</sup> tendo aproximadamente 13 mil habitantes por Km<sup>2</sup>. A cidade apresenta como característica marcante a prestação de serviços por empresas de comércio<sup>13</sup>.

As precárias condições de infra-estrutura do município refletem o quadro observado em toda Baixada Fluminense. No contexto de desigualdades sociais da região, a política de saneamento ganhou especial relevância. Em torno dela, e compartilhando do mesmo legado histórico dos movimentos populares urbanos, surgiu o Comitê Político de Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, ator político que teve um papel de grande valor na história e nos rumos das políticas de saneamento para a região. Para Porto,

Nas décadas de 80 e 90, assistimos ao início do processo de desconcentração dos investimentos públicos em direção à Baixada Fluminense – concentrados até a década de 70, no núcleo da metrópole fluminense – justificado pelos baixos índices de acesso aos serviços de água e esgoto na região. Esse processo não pode ser compreendido se não levamos em conta a emergência de atores populares que colocaram na cena pública a reivindicação do saneamento como um direito social. A Baixada se tornou um emblema das desigualdades sociais na metrópole e o saneamento começa, nesse momento, a ganhar mais espaço na agenda do poder público (2001, p.12).

A partir de 1980, os moradores começaram a se organizar através de Associações, Centros Pró-Melhoramentos, Amigos de Bairro, etc. que pressionaram o poder público para solucionar as questões relacionadas ao problema do saneamento básico. Em São João de Meriti, principalmente na década de 1980, 70% das residências não possuíam esgotamento sanitário e na mesma proporção água potável não chegava nas residências regularmente (TORRÊS, 2009). O município guarda um passado de resistência e organização de

---

<sup>12</sup> Estimativa do IBGE, 2009

<sup>13</sup> IBGE - Cadastro Central de Empresas, 2003.

movimentos sociais, especialmente associações de moradores, das quais destacamos a ABM – Associação de Bairros Meritiense / Conselho de Entidades Populares fundada em 1983 e a Casa da Cultura / Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense fundada no ano de 1990.<sup>14</sup>

Segundo Tôres (2009), no primeiro mandato de Leonel Brizola (1983-1986) foi lançado o plano de saneamento básico em Vilar dos Telles, tendo como financiadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal, Governo Estadual e Banco Mundial. Ainda há em São João de Meriti problemas relacionados à infra-estrutura de saneamento básico, ocupação irregular de áreas de risco, etc. Estas questões apontam as relações entre território e processos de segregação socioespacial que colaboram para a construção de representações sociais negativas de certas áreas (DEGENSZAJN, 2008). Alguns bairros em São João de Meriti não possuem saneamento básico, como Jardim Paraíso, área de Vilar dos Teles.

Dentre os indicadores sociais, merecem destaque, na caracterização da qualidade de vida de São João de Meriti, as condições do acesso a serviços básicos, a bens de consumo e de vulnerabilidade familiar. Para os objetivos desta dissertação, dados sobre esses itens são mostrados nas tabelas seguintes:

**Tabela 1. São João de Meriti - Acesso a serviços básicos, 1991 e 2000.**

Município	Água encanada		Energia Elétrica		Coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<i>São João de Meriti</i>	<i>93,7</i>	<i>94,4</i>	<i>99,9</i>	<i>99,9</i>	<i>64,8</i>	<i>97,4</i>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000.

<sup>14</sup> Hoje, a ABM se insere na luta por políticas públicas e direitos sociais para a melhoria da qualidade de vida da população meritiense. Participa ativamente da organização e realização de ações no Mutirão de Combate à Fome e a Desnutrição Infantil da Baixada Fluminense, importante movimento social da região.

A Casa da Cultura tem como missão promover cidadania para a população afro-descendente, mulheres e principalmente crianças e adolescentes mediante atividades educativas, esportivas e sociais. A instituição com financiamento das entidades ActionAid, Petrobrás e Furnas, destaca-se por sua liderança entre as outras instituições no município prestando serviços ou fazendo parcerias como locação de projetos sociais em associações de moradores ou centros comunitários e também na utilização dessas outras instituições, pois a Casa da Cultura possui uma coordenadoria de construção e execução de projetos que são selecionados por agências financiadoras, sendo a grande articuladora da base associativa no município.

**Tabela 2. São João de Meriti - Acesso a bens de consumo, 1991 e 2000.**

Município	Geladeira		Televisão		Telefone		Computador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
<i>São João de Meriti</i>	<i>91,6</i>	<i>97,9</i>	<i>91,0</i>	<i>98,0</i>	<i>13,1</i>	<i>29,5</i>	<i>ND</i>	<i>7,5</i>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000.

O trabalho de campo desenvolvido no município durante a iniciação científica atesta a precariedade e a insuficiência dos serviços de saúde e também a ausência de uma política de geração de trabalho e renda. Isto contribui como incentivo ao fluxo de habitantes deste município em direção ao Rio de Janeiro, motivados pela esperança que a metrópole possa suprir essa carência. Sobre este fluxo, nos fala Santos (2005)

[...] o deslocamento desses milhares de indivíduos para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria das condições de vida. Os novos meios de comunicação são em grande parte responsáveis por essa revolução (SANTOS, 2005, p. 40).

No tocante às condições precárias dos centros urbanos é necessário abarcar a reflexão dos processos materiais e sociais que compõem a rede urbana e as relações cidade / campo. Nesse sentido, é importante ressaltar que a vida urbana se realiza, somente em parte, no contexto urbano, já que envolvem determinantes nacionais e mundiais (RIBEIRO, 2005). Assim, no caso do município de São João de Meriti a dependência de outros centros urbanos, principalmente do Rio de Janeiro, sugere determinantes que extrapolam o próprio município, reforçando as contradições sociais na metrópole.

O município pesquisado caracteriza-se como de médio desenvolvimento humano, apresentando IDH, entre 0,5 e 0,8. No tocante as características demográficas, São João de Meriti se configura pela presença de uma população predominantemente urbana, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2000). Cabe assinalar que a população de São João de Meriti, em 2000, representava 3,12% da população do Estado.

O CRAS Vila São José possui como área de abrangência as regiões de: Jardim Paraíso, Jardim Sumaré, Vilar dos Teles, Parque Araruama e Jardim Metrôpole atendendo no conjunto 15 bairros<sup>15</sup> (ver anexo II). Sobre as mulheres desses lugares vamos nos deter no próximo item.

### 2.3. Mulheres chefes de família: quem elas são?

Para preservar o sigilo das informações as mulheres entrevistadas nesta pesquisa tiveram seus nomes alterados<sup>16</sup> para Patrícia, Judite, Tereza, Vilma, Marisa, Elisabete, Ana, Neuza, Flávia e Cláudia (ver apêndice III). As chefes de família apresentam faixa etária que varia entre 28 e 60 anos de idade.

A maior parte das chefes (7) não terminou o Ensino Fundamental e as demais mulheres (3) possuem o Ensino Médio completo. Nenhuma mulher analfabeta foi entrevistada. A baixa escolarização e conseqüentemente a ausência de especialização profissional levam estas mulheres a trajetórias de trabalho descontínuas que se alternam em períodos de emprego/desemprego e diversas ocupações remuneradas simultâneas ao trabalho informal.

Olha, eu trabalhei como lavadeira, como passadeira, fui faxineira, ainda sou, trabalhei como empregada doméstica, fui sucateira, também, catava sucata na rua para vender. [...] Já entrei em bueiro para ganhar dinheiro, já fui ajudante. Tudo isso sem carteira assinada, já fui ajudante de caminhão de mudança, já vendi botijão de gás na rua, de cada coisa um pouco, filha, para não passar necessidade, nem eu nem meus filhos. **A carteira da senhora já foi assinada alguma vez?** Olha, eu tive carteira assinada aos 16 anos, quando minha mãe me colocou na De Millus, mas eu não fiquei lá muito tempo. De lá para cá nunca mais trabalhei com carteira assinada. Tentei começar a pagar minha autonomia, mas, não deu (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).

Antes, eu me dobrava, me desdobrava em duas pra arrumar dinheiro. Fazia faxina, fazia unha, cabelo entendeu? Me desdobrava em duas (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

<sup>15</sup> Os bairros são: Jardim Alegria, Vila das Andorinhas, Vila Colômbia, Jardim Olavo Bilac, Parque Vitória, Parque Regina, Vila São João, Jardim Nóia, Vila Rute, Parque Lafaiete, Jardim Santana, Parque Tietê I, Parque Tietê II, Parque São Roque e Vila da Saudade.

<sup>16</sup> Outros nomes que apareceram nos relatos das entrevistadas também foram alterados.

Os motivos que levaram essas mulheres a terem parado de estudar estão relacionados à sua origem familiar, origem de necessidades primeiras de sobrevivência que acaba, por consequência proporcionando baixos níveis de escolaridade e qualificação e diminuindo as chances de enfrentamento e competição diante das exigências do atual mercado de trabalho. Marcadas, sobretudo, por um processo contínuo de pobreza familiar, essas mulheres desde a infância convivem com uma vida de precariedades.

Embora consideremos a importância da escolarização para a inserção no mercado de trabalho formal, algumas ponderações se fazem necessárias. A análise não pode se deslocar para a ótica individual, ou seja, sustentar a tese de que a (in) capacidade dos sujeitos constitui razão pela qual não ocupam posições mais favoráveis no mercado de trabalho, como se a culpa fosse da própria pessoa que ‘*não estudou*’ ou ‘*não se qualificou*’. Este raciocínio pretende deslocar o problema de ordem estrutural para o âmbito do particular quando a informalidade e outras formas de trabalho precário estão subordinadas ao comando do grande capital, como parte de sua organização produtiva.

No período pesquisado, a situação econômica das chefes de família apresenta rendas que variam entre R\$ 40,00 e R\$ 625,00<sup>17</sup>. Das sete mulheres que possuem filhos pequenos, não se observa o pagamento regular de pensão alimentícia por parte dos pais das crianças e somente uma mulher ainda não recebe o auxílio do Programa Bolsa-Família<sup>18</sup>, pois havia feito o cadastro há pouco tempo.

---

<sup>17</sup> O menor valor refere-se a uma chefe que contava com os últimos recursos do seguro-desemprego e o maior valor consiste nos rendimentos de uma entrevistada que trabalha como faxineira e recebe uma pensão do marido falecido.

<sup>18</sup> Dentre os programas assistenciais no município de São João de Meriti, destaca-se o Programa Bolsa-Família - PBF devido à significativa cobertura na transferência de renda em relação aos outros existentes. O Programa foi instituído pela Medida Provisória nº132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. O PBF unificou os programas Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão Alimentação instituídos pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) para promoção da inclusão social.

O programa possui como proposta uma estratégia de combate à pobreza da família beneficiária. O principal critério de elegibilidade é a renda familiar, meio pelo qual as famílias são categorizadas em situação de pobreza ou em situação de extrema pobreza. Segundo informações do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e com o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos. A transferência monetária acontece diretamente do governo federal para a família através de cartão magnético. Em São João de Meriti o programa atendeu 20.639 famílias até março de 2010 conforme informações retiradas do site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em maio de 2010.

Cinco mulheres (Judite, Tereza, Vilma, Ana e Cláudia) trabalhavam regularmente, porém nenhuma chefe de família possuía a carteira assinada. Destas, uma mulher (Vilma) também recebia rendimentos oriundos do marido falecido. Além do trabalho, as entrevistadas realizavam outros serviços esporádicos como a venda de lingerie, bijuterias, tapetes de crochê, panos de prato, toalhinhas bordadas, faxinas, lavagem e passagem de roupas.

As demais mulheres (cinco) encontravam-se assim distribuídas: Elisabete já se encontrava aposentada e quatro chefes de família (Patrícia, Marisa, Neuza e Flávia) estavam desempregadas. Nos discursos dessas quatro chefes, observamos que apesar da situação de desemprego as mesmas acreditavam que tão logo encontrariam uma nova ocupação remunerada, o que revela uma trajetória de trabalhos incertos. Destas mulheres, Patrícia vivia com os últimos recursos do seguro desemprego, Flávia com recursos de programas assistenciais (Bolsa-Família e Pro-jovem<sup>19</sup>), Neuza e Marisa com o auxílio do Programa Bolsa-Família. No período do trabalho de campo, tanto as mulheres desempregadas como as que estavam exercendo alguma atividade remunerada, contavam com o auxílio de redes familiares e ou sociais.

As análises dos dados mostram que não existe por parte das chefes entrevistadas uma inserção consistente no mercado formal de trabalho. Assim, as mulheres pesquisadas vivem quase que exclusivamente de trabalhos informais e assim confirmam o conceito ampliado de classe trabalhadora. A expressão *classe-que-vive-do-trabalho* cunhada por Antunes (1999), caracteriza as chefes de família pesquisadas e confirma a validade contemporânea do conceito marxiano de classe trabalhadora.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção

---

<sup>19</sup> O Projovem Urbano é uma das modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Atende a jovens entre 18 e 29 anos que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental. O programa, com duração de 18 meses oferece formação no ensino fundamental, cursos profissionais, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês. O projeto foi criado pelo Governo Federal e é executado em parceria com os governos estaduais, municipais e o Distrito Federal.

incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time* (...) além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital. (Antunes, 1999, p.103).

Esta concepção ampliada de classe trabalhadora possibilita reconhecer profundas transformações no mundo do trabalho. Como defende Antunes (2010) há uma processualidade contraditória que aponta para a redução do operariado industrial e incremento do subproletariado, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e o trabalho informal. Destacamos este último como o tipo de trabalho no qual se encontra a maior parte das mulheres entrevistadas exercendo as atividades de trabalho doméstico.

A precariedade do emprego e da remuneração, a ausência de organização sindical, a desregulamentação das condições de trabalho e a regressão dos direitos sociais são os aspectos que unificam as formas de trabalho subproletarizado.

Um traço marcante das mutações em curso no interior da classe trabalhadora consiste no aumento significativo do trabalho feminino na sociedade. Esta presença feminina, ou como quer Nogueira (2004) a “feminização do mundo do trabalho” contribui para acentuar o processo de heterogenização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Nogueira (2004; 2008) demonstra que se o incremento da força de trabalho feminino é cada vez mais *positivo* ao permitir que a mulher avance no processo de emancipação<sup>20</sup> com o incremento de renda, também se mostra *negativo* quando se observa a remuneração auferida pelas mulheres. A partir de dados estatísticos, Nogueira aponta que o valor pago para a mulher trabalhadora é na maioria das vezes muito inferior quando comparado com os salários da força de trabalho masculino.

O trabalho provoca mudanças na vida das mulheres, mas estas alterações se mostram diferentes quando comparamos as mulheres das classes médias com as mulheres das camadas pobres. No primeiro caso, os níveis de escolaridade e profissionalização são maiores e as razões para o ingresso no mercado de trabalho estão relacionados a fatores como autonomia, independência e realização

---

<sup>20</sup> O significado de emancipação proposto pela autora é o mesmo defendido por Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos. “A superação da propriedade privada é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as propriedades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação exatamente pelo fato de estes sentidos humanos e propriedades terem se tornado humanos, tanto subjetiva quanto objetivamente. Se, ainda segundo Marx, a emancipação parcial é possível nos marcos do capitalismo, a emancipação universal só é realizável através da completa superação do capital”. (Marx apud Nogueira, 2004).

profissional (HOBSBAWM, 1995). No caso das mulheres por nós pesquisadas, mulheres pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho, as razões para o ingresso no mundo do trabalho dizem respeito a uma questão de sobrevivência. Em alguns casos, as trabalhadoras já estavam familiarizadas como o labor desde de muito cedo, ainda na infância e juventude.

No caso das entrevistadas, a forte inserção no mercado de trabalho se faz sentir no setor de serviços (que tem sua capacidade limitada, pois permanece dependente da acumulação industrial) e nos postos de trabalho em tempo parcial. Este quadro se coaduna com os interesses do capital que necessita do tempo de trabalho das mulheres no âmbito reprodutivo. Para Antunes (2010) o capital somente alcança o seu ciclo produtivo com o trabalho feminino realizado na esfera doméstica. A noção de que o trabalho feminino é secundário e o rendimento das mulheres é complementar traz conseqüências penosas para a chefe de família, na medida em que o seu rendimento não é complementar, mas sim o principal e na maioria dos casos o único salário da família. Esta situação impele as mulheres para o estabelecimento de diversas estratégias a fim de garantir a permanência do grupo familiar. Estas considerações nos permitem afirmar que em grande medida, a precarização no mundo do trabalho afeta muito mais a mulher trabalhadora e acirra a desigual divisão sexual do trabalho.

Nestes moldes, Nogueira (2004, 2008) defende que a participação feminina no mundo laborativo põe em ação um *movimento contraditório* marcado pela positividade do ingresso da mulher no mercado de trabalho e pela negatividade da precarização e formas de exploração presentes nesta inserção. Nessa dialética, a feminização do trabalho oscila entre a emancipação e a precarização. Ao mesmo tempo que emancipa, ainda que de modo parcial, também precariza de maneira acentuada. Ao observarmos este cenário, o material revelado pela pesquisa mostra a precarização e os limites da emancipação feminina pela via do trabalho. De acordo com Mendes,

A relação trabalho e emancipação feminina parecem convergir mais nas camadas médias do que nas camadas populares, nesta o elemento motivador e primordial do ingresso ao trabalho é, na maioria das vezes, a luta pela sobrevivência. As mulheres das camadas mais pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e qualificação, estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho e salários (MENDES, 2002, p. 2).

As formas de trabalho encontradas na pesquisa de campo não comportam um sentido de dignidade<sup>21</sup>, pelo contrário, além da ausência de proteções garantidas pela legislação trabalhista, o rendimento é incerto e abaixo do salário mínimo.

**E qual o valor das suas faxinas, quanto é que você cobra?** A pessoa fala: te dou R\$ 30,00. Tenho que ir né, tenho dois filhos pequenos. **Não é você que estipula o valor?** Não, é eles mesmos, eles falam posso pagar 30 posso, pagar 40 tá bom? Eu tenho que ir tenho dois filhos pequenos, vou deixar passar fome? Eles não pediram para vir ao mundo. **No momento você está com alguma faxina ?** Não. No momento não estou (Marisa, 31 anos, dois filhos).

Eu vendo uns objetos de crochê que eu mesma faço e faço umas faxinas. Por dia são R\$ 60,00 reais. Aqui em cima eles não pagam mais de R\$ 60,00. Eu tenho duas faxinas. Dessas duas é que eu consigo segurar a minha casa. **Dá um total de quanto por mês?** R\$120,00 (Judite, 56 anos, 4 filhos, 3 netos).

Essa outra casa eu não agüentei, porque eu trabalhava de segunda a sábado. E sábado eu tinha que fazer comida pra domingo e segunda-feira. Tinha que fazer pra sábado, domingo e segunda até a hora de eu chegar. Eram três quartos, duas salas, era muito grande mesmo. Duas salas, eram duas cozinhas e fora as outras coisas. Eram três banheiros, fora o quintal, piscina, isso tudo (Patrícia, 28 anos, três filhos).

Um traço característico das mulheres pesquisadas é que mesmo aquelas que exercem algum tipo de trabalho regular (na maioria são faxineiras, manicures ou empregadas domésticas sem vínculo empregatício), elas não dispensam outras atividades remuneradas exercidas de modo simultâneo. Com destaque para aquelas realizadas dentro do espaço doméstico, como por exemplo, a confecção de tapetes, bijuterias ou doces sob encomenda, além das atividades exercidas na rua como a venda de lingerie de porta em porta.

Além da simultaneidade de atividades exercidas pelas mulheres, a flexibilidade nas ocupações está presente na trajetória de trabalho das chefes de família, especialmente quando as mulheres levam os filhos para o local de trabalho.

**Quando você precisa sair para trabalhar, com quem as crianças ficam?**  
**Como é que você organiza isso?** Eu levo a menor para fazer faxina comigo e o

---

<sup>21</sup> De acordo com Antunes (2005), Marx utilizou os termos *work* e *labour* para caracterizar as dimensões do trabalho. *Work* é dotado de positividade encerra a dimensão concreta do trabalho: cria valores socialmente úteis. Já *labour* refere-se a atividades estranhadas e fetichizadas que configuram o trabalho sob a égide do capitalismo contemporâneo que transforma o trabalho em alienação - desprovido de sentido humano.

João (filho mais velho) fica em casa. **E fica bem sozinho?** Fica. [...] **O que você pensava?** Como que eles estavam dentro de casa. Como que o João estava, porque ele estava longe de mim. E ela (filha mais nova), até ela acostumar a ir comigo, acordar cedo ficar lá sentadinha sem poder fazer nada. Eu trabalhando e ela tem que ficar ali quietinha. Agora ela já acostumou, já fica lá no cantinho, já fica escrevendo, gosta de riscar, de pintar. **E a pessoa aceitou bem?** Aceitou porque ela é quietinha, não é aquela criança bagunceira, dá um papel para ela e uma caneta ela fica ali o dia inteiro, eu nem escuto a voz dela (Ana, 28 anos, dois filhos).

Eu trabalho fazendo unha, e eu levo eles (os filhos). Se eu for pra algum lugar eu levo eles, pra onde eu vou eu levo eles. [...] **Você nunca deixou eles em casa?** Não. Quando eles não estão na escola eles estão comigo. Eu não deixo meus filhos de jeito nenhum. É. Eu também não tenho com quem deixar entendeu, e eles... Ah, eles são minha vida! Deus me livre, acontecer alguma coisa com eles, eu até morro.[...] **E às vezes já teve caso de alguma cliente implicar, de você levar a criança?** Não porque eu explico primeiro, “Olha só, eu tenho meus filhos, eu posso levar?” E eles ficam lá sentados até eu terminar de fazer a unha. Mas, fora isso eles ficam brincando com as outras crianças, minhas clientes graças a Deus nunca implicou (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

Se tomadas em conjunto, as atividades desempenhadas pelas chefes de família são identificadas como ‘femininas’. As entrevistadas lavam, limpam, passam, etc. Estas ocupações são assim caracterizadas por serem atribuídas ‘naturalmente’ às mulheres. Constituem uma extensão das atividades realizadas no espaço privado, no campo do doméstico e reforçam uma divisão de ‘papéis’ para homens e mulheres na sociedade (HIRATA, 2002).

A renda obtida através do trabalho não supre totalmente as necessidades das famílias estudadas, mas o que ganha relevância é o conjunto de rendimentos que a família consegue reunir (FAUSTO NETO, 1982). No entanto, mesmo precarizado o trabalho constitui um elemento fundamental e importante na sobrevivência dessas mulheres e no modo como as mesmas vivenciam suas experiências de mãe e provedora. O trabalho no caso das chefes entrevistadas está subordinado a maternidade e tem seu significado a partir do lugar da mulher na família. O trabalho está subsumido no desempenho do ‘papel’<sup>22</sup> de mãe e dona-de-casa (SALEM, 1981; SARTI, 2007).

<sup>22</sup> É importante salientar que embora o conceito de ‘papel social’ seja herdeiro do funcionalismo, ele ainda está presente em muitos estudos sobre as relações sociais entre homens e mulheres. O conceito de gênero, conforme será demonstrado no quarto capítulo rompe com qualquer atribuição ‘natural’ de funções ou ‘papéis’ sociais. Consideramos que gênero não se limita à função/ ‘papel’, mas esta noção ainda é utilizada em alguns trabalhos e também aparece como uma lógica normativa no discurso das mulheres entrevistadas, principalmente nas características e

Embora a situação das mulheres pobres seja desfavorável no mercado de trabalho, considerando a baixa qualificação, remuneração, ocupações e sobrecarga (doméstico/remunerado) que tornam o trabalho remunerado pouco gratificante, esse é recompensado pelo que pode proporcionar a família, principalmente aos filhos, e em menor proporção a si próprias, o que faz com que o significado de seu trabalho remunerado seja mediado pelo seu papel de mãe e dona-de-casa. (MENDES, 2005, p. 81).

Além de descontínuos e insuficientes, os trabalhos desempenhados por estas mulheres não possuem vínculo empregatício, o que acarreta insegurança em seu cotidiano. As palavras certeza/incerteza resumem bem o significado da relação que mulheres pesquisadas estabelecem com o trabalho e o Programa Bolsa-Família, outro importante componente do orçamento e das estratégias das chefes de família. Ao ouvirmos “*é pouco mais é certo*” ou “*se faltar esse bolsa família eu não sei nem o que será de mim*”, sentíamos nas falas das beneficiárias do programa, a garantia que a renda do Bolsa-Família possibilita ao orçamento familiar.

Das sete mulheres que possuem filhos pequenos, seis<sup>23</sup> recebem o benefício do Programa Bolsa-Família. Apesar do pequeno valor (o menor valor constatado foi de R\$ 40,00 e maior valor foi de R\$110,00<sup>24</sup>) o programa garante uma estabilidade ao núcleo familiar, pois se tem a garantia do recebimento, ao contrário da incerteza dos ganhos obtidos através do trabalho precário. Das três famílias beneficiadas, duas contam quase exclusivamente com a renda do Bolsa-Família. Tão logo, o dinheiro é sacado, já possui destino certo. Para uma das chefes, o dinheiro do Programa Bolsa Família é indispensável no pagamento das despesas com alimentação da família.

A prioridade é a comida. Eu pego e vou para o mercado. Eu compro a comida, o grosso. (...) O Bolsa-Família faz muita diferença. Porque é onde eu praticamente compro comida, às vezes eu não tinha nada para comer, não tinha arroz e feijão

---

comportamentos que as mesmas julgam adequados para o lugar que ocupam na família. Nesta dissertação, a palavra ‘papel’ está colocada entre aspas e deve ser entendida de modo crítico, reforçando seu caráter histórico e cultural e desnaturalizando funções sociais de homens e mulheres.

<sup>23</sup> Dentre as sete famílias com crianças, uma realizou o cadastro recentemente e no momento da entrevista, ainda não havia sido contemplada.

<sup>24</sup> O valor do benefício pode variar de acordo com a composição familiar e a renda per capita da família.

para dar para os meus filhos.(...) Do Bolsa Família, a prioridade é a comida e o que eu recebo por mês, aí eu pago o aluguel, a luz e o gás. (Ana, 28 anos, dois filhos).

A alimentação, ou melhor, a comida - “o arroz e o feijão” - é uma das prioridades no consumo da família pobre. Dentre os autores brasileiros que abordam a questão destacamos, Fausto Neto (1982) para quem a alimentação reflete de forma aguçada as dificuldades sociais vividas pela família. Para a autora, tanto os padrões culturais e os limites de ordem econômica influenciavam no estabelecimento das prioridades referentes ao consumo de alimentos no interior da família. Não se trata apenas de uma questão econômica, mas também de mediações e escolhas culturais que definem quais os gêneros alimentícios são considerados prioritários.

**Quando o dinheiro chega, qual é a prioridade?** A prioridade lá em casa é o gás e a comida. É um pão, um leite de manhã. A primeira coisa que eu nem olho, nem olho pro lado, vou direto pro mercado. Saio da Caixa (do banco), vou direto pro mercado. É leite, é biscoito, é pão, é Danone, às vezes falta tempero, compro tempero e acabou o dinheiro, o dinheiro acaba num dia só. Acredita? (Flávia, 27 anos, 3 filhos).

**Hoje do dinheiro que a senhora recebe, qual é a prioridade?** Minha filha, eu já entro no mercado. Ali já fica quase tudo. **E ali o quê a senhora compra?** É um leite, as fraldas, uma carnezinha para comer, fruta, um legume (Cláudia, 35 anos, dois filhos).

Eu só tô agora com R\$ 40,00. Esses R\$ 40,00 eu tô guardando pro meu gás. Agora, se o gás acabar e a comida acabar, o que eu vou ter que fazer? Vou ter que comprar um álcool ou uma gasolina, fazer a comida no álcool e comprar um arroz, um feijão, um ovo, alguma coisa, uma comida pra passar essa semana... (Patrícia, 28 anos, três filhos).

**Qual era a prioridade quando a senhora recebia o dinheiro?** Aí eu ia nas promoções no mercado, muito feijão porque não tinha muita carne, comia muito arroz e feijão porque eles estavam em crescimento. (Elisabete, 60 anos, 6 filhos, 2 netos ).

Zaluar (1994) destaca na relação entre comida e pobreza<sup>25</sup>, a freqüente instabilidade que as famílias pobres estão submetidas em seu cotidiano de vida e assinala uma hierarquia segundo a qual a mulher vai jogando com as várias fontes

<sup>25</sup> “A comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter” (ZALUAR, 1994, p.105).

de renda da família: primeiro a comida, depois o gás, a luz e por fim a casa (aluguel). Uma entrevistada nos conta como faz para pagar a despesa da energia elétrica

**E aí quem ajuda a pagar as contas?** Eu pago quarenta e três, é o preço sabe de quê? Do Bolsa Família, quarenta e quatro. **Esse valor que a senhora paga é da luz ou é da água?** A luz. A água vem dezoito. Aí eu sempre pago uma (conta) e deixo outra (...). Assim que eu faço sempre, não tem como pagar as duas no mesmo mês, não dá, não tem condições (Tereza, 48 anos, um filho).

Este ‘equilíbrio’ revela os limites tênues entre o (não) trabalho e as possibilidades oferecidas no cotidiano das mulheres pesquisadas. Estes ingredientes acrescidos do caldo de cultura fornecem a matéria-prima para a elaboração das múltiplas experiências e práticas familiares de reprodução cotidiana. São nestes ‘limites borrados’, nestes espaços que as famílias criam suas experiências.